

Planejamento e produção do espaço na metrópole: uma contribuição ao debate sobre urbanização e mudanças climáticas

Heloisa Soares de Moura Costa

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, UFMG e pesquisadora do CNPq

Resumo:

Pretende-se contribuir para o debate sobre mudanças climáticas, população e economia a partir de duas perspectivas convergentes: de um lado, com uma reflexão crítica sobre a natureza, as formas e os processos que caracterizam a urbanização contemporânea brasileira e, em especial, a metropolização em Minas Gerais, discutindo algumas implicações sócio-ambientais deste processo. De outro, buscando identificar propostas alternativas, na esfera do planejamento e da intervenção pública (e eventualmente privada) que incorporem possibilidades de transformação sócio-econômica e da base material – produtiva, urbanística e ambiental - da metrópole. Para tanto, parte-se da hipótese que um dos primeiros desafios é trazer as mudanças climáticas para a pauta deste debate.

Palavras chave: urbanização, metrópole, planejamento, mudanças climáticas

Sessão Especial: Mudanças climáticas, população e economia: desafios para Minas Gerais

Planejamento e produção do espaço na metrópole: uma contribuição ao debate sobre urbanização e mudanças climáticas

Heloisa Soares de Moura Costa

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, UFMG e pesquisadora do CNPq

Pretende-se contribuir para o debate sobre mudanças climáticas, população e economia a partir de duas perspectivas convergentes: de um lado, com uma reflexão crítica sobre a natureza, as formas e os processos que caracterizam a urbanização contemporânea brasileira e, em especial, a metropolização em Minas Gerais, discutindo algumas implicações sócio-ambientais deste processo. De outro, buscando identificar propostas alternativas, na esfera do planejamento e da intervenção pública (e eventualmente privada) que incorporem possibilidades de transformação sócio-econômica e da base material – produtiva, urbanística e ambiental - da metrópole. Para tanto, parte-se da hipótese que um dos primeiros desafios é trazer as mudanças climáticas para a pauta deste debate.

Contribuições para inclusão das mudanças climáticas na agenda do debate urbano-regional atual:

A preocupação de inclusão das mudanças climáticas no debate urbano-regional em curso constitui um dos principais objetivos de uma rede de pesquisa, recentemente constituída, a rede intitulada Mudanças Climáticas e Cidades¹, uma das sub-redes integrantes da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas, coordenada pelo Prof. Carlos Nobre do INPE e financiada pelo CNPq. Tais objetivos são descritos da seguinte forma:

São objetivos da sub-rede Mudanças Climáticas e Cidades : A Sub-rede de Mudanças Climáticas e Cidades (SrMCC) agregará cientistas sociais, demógrafos, urbanistas, geógrafos, economistas e engenheiros urbanos para tratar da mitigação das causas urbanas das mudanças climáticas; identificar as vulnerabilidades espaciais e sociais a essas mudanças; e propor medidas de adaptação para as mudanças previstas. Para tal, a SrMCC estabelecerá uma agenda de trabalho que inclui: (1) um levantamento dos grupos, nacionais e internacionais, que se dedicam à temática; (2) a definição de prioridades de investigação; (3) a promoção de pesquisas novas, de sínteses e de avaliações de pesquisas realizadas e em andamento; e (4) a elaboração de uma estratégia de divulgação da temática junto às respectivas disciplinas, com o intuito de ampliar o número de pesquisadores neste campo. As prioridades incluirão atenção às diferenças de escala (região, tamanho de aglomeração urbana, posição na rede

¹ A Sub-rede Mudanças Climáticas e Cidades é coordenada por Daniel Hogan, do NEPO-UNICAMP e por Heloisa Costa do IGC-UFMG (sub-coordenação).

urbana brasileira, espaços intra-urbanos); às possibilidades de pesquisa colaborativa e interdisciplinar; e à divulgação e debate público das atividades da rede.

Para desenvolver uma argumentação inicial que contribua para o debate, foi elaborado um pequeno texto (Costa, 2009), que parte do pressuposto de que há ainda pouco acúmulo nos estudos urbanos e regionais brasileiros sobre as mudanças climáticas, vistas até recentemente como uma preocupação importante, porém um tanto distante do cotidiano das demandas sociais, das preocupações institucionais e das lutas políticas em torno das questões urbanas e ambientais. Há, naturalmente, todo um campo de estudos urbanos técnicos que tem no clima, nas mudanças e na variabilidade climática, seu foco principal, assim como há estudos sobre saneamento ambiental, novas alternativas energéticas, entre outros que incorporam a dimensão das mudanças climáticas em seus campos de análises e experimentações.

Há sem dúvida muitas políticas e práticas urbanas que contribuem para a construção de formas urbanas mais comprometidas com a qualidade ambiental e o respeito à natureza que contribuem para superar os desafios que se colocam para estabelecer relações menos assimétricas entre população e ambiente, mediadas pelo espaço. Tais relações são seguidamente agravadas pela natureza desigual e excludente da urbanização que usualmente privatiza benefícios e socializa custos sócio-ambientais, quando efetivamente os termos desta equação precisam ser revertidos. Assim, como se pretende desenvolver no debate proposto, pode-se dizer que a urbanização contemporânea, em termos de ordenamento territorial e de redistribuição espacial da população, corresponde à superposição de dois modelos, ambos incompletos e com graves implicações sócio-ambientais ainda a serem melhor discutidas: um modelo originário da cidade industrial, que guarda elementos da dicotomia centro-periferia, onde prevalece a concentração da riqueza e uma certa dispersão da pobreza; ao qual se superpõe o que é seguidamente chamado de metrópole pós-industrial, na qual se verifica a dispersão da urbanização em múltiplas formas, pobres e ricas, com focos claros de concentração de riqueza e pobreza. A compreensão da estrutura fundiária, da dinâmica imobiliária, das estratégias de localização das atividades produtivas, do impacto das políticas territoriais são alguns dos elementos centrais deste processo. Cabe revisitá-lo com um olhar que se preocupe com formas de mitigação e de adaptação frente às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que não negligencie as históricas questões associadas à justiça sócio-ambiental e à construção de alternativas de transformação social.

Conforme explicitado no texto acima mencionado, um importante desafio que se apresenta é “a construção de uma abordagem que seja referenciada no importante debate internacional já estabelecido e que necessita ser resgatado criticamente, porém que seja centrada na *urbanização da periferia*, incorporando, no caso brasileiro, os avanços, conflitos e impasses da trajetória dos estudos e da práxis urbana e regional”(Costa, 2009, p. 280).

Neste sentido, pensar a urbanização de uma perspectiva periférica e, mais especificamente a metropolização em Minas Gerais no caso em discussão, “significa reconhecer e incorporar as manifestações sócio espaciais das desigualdades estruturais da sociedade na sua

condição de país periférico dialeticamente subordinado e articulado ao centro do sistema capitalista. Significa reconhecer tais relações na escala da produção do espaço urbano e metropolitano, na qual a urbanização da periferia refere-se tanto às áreas formais quanto às muitas e quantitativamente majoritárias formas de urbanização incompleta, precária, carente, porém portadoras de extrema vitalidade política e de potencial de transformação social” (idem).

Entre as questões levantadas sobre as implicações sócio-ambientais das diferentes formas assumidas pela urbanização, cabe perguntar, por exemplo, “até que ponto são relevantes para a discussão sobre clima distinções tais como formas e intensidades de ocupação, materiais construtivos usados, índices de permeabilidade do solo e de drenagem? Até que ponto diferentes padrões de renda, materializados em diferentes padrões de consumo tem relevância para o debate proposto? Até que ponto os grupos sociais percebem tais questões como relevantes ou as vêem como pertencentes a debates distantes que não dizem respeito à vida cotidiana?” (idem, p. 281)

E ainda, quando se considera a generalização da urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994), da dispersão da ocupação, fortemente baseadas no transporte individual rodoviário e numa matriz energética centrada em combustíveis fósseis, mais questões merecem consideração. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tal matriz é agravada pela perspectiva de recentes investimentos em infra-estrutura econômica e de criação de condições propícias para investimentos produtivos espacialmente delimitados em algumas regiões.

Assim, replicando algumas questões presentes no texto anteriormente mencionado, pergunta-se: “Quais os custos sócio-ambientais de cada uma destas formas? Que parâmetros usar para avaliá-los? Na urbanização do capitalismo de centro, as cidades-compactas são tidas como a idealização ambientalmente virtuosa a ser perseguida. O espraiamento e a dispersão aparecem como geradores de comprometimento excessivo de terra com a urbanização, bem como de custos intensivos em energia. Estas formulações são pertinentes para a urbanização brasileira? Que dizer dos custos sócio-ambientais, climáticos talvez, decorrentes do adensamento crescente das áreas de residência da população pobre, fruto do crescimento demográfico decorrente regido pela lógica da necessidade (Abramo, 2003)? Como definir os custos decorrentes da produção das novas periferias ricas, catalizadoras de investimentos públicos em infra-estrutura e serviços, reproduzindo valores de exclusividade e privilégio, nos quais cultura e natureza são freqüentemente capitalizadas como renda imobiliária?” (Costa, 2009, p. 281)

Planejamento e intervenção

A seguir serão discutidos alguns dos instrumentos recentes que permeiam a regulação urbanística e ambiental (Costa, 2008), buscando avaliar em que contexto foram formulados, seus pressupostos, bem como as possibilidades de “mitigação de impactos” e de estabelecimento de novas formas de redistribuição de custos e benefícios econômicos e ambientais, seja na forma de compensações, seja no estabelecimento de alternativas de inclusão potencializadoras da melhoria das condições de vida e trabalho no cotidiano da metrópole, o que passa necessariamente pela revisão dos termos em que se estabelece a luta pelo espaço, pelo cumprimento da função social da propriedade e o direito à cidade.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. (org) 2003. *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras/ FAPERJ.

COSTA, H.S.M. 2000. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 55-71.

COSTA, H.S.M. 2008. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J.G. *Planejamento urbano no Brasil; trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte.

COSTA, H.S.M. 2009. Mudanças climáticas e cidades: contribuições para uma agenda de pesquisa a partir da periferia. In: HOGAN, D.; MARANDOLA Jr., E. (orgs.) *População e mudanças climáticas. Dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA.

HARVEY, D. 1996. *Justice, nature and the geography of difference*. Routledge.

HOGAN, D. 2007. Human dimensions of global environmental change. *Ambiente & Sociedade X*, n.2, jul.- dez.

LEFEBVRE, H. 2008. *O direito à cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MONTE-MÓR, R.L. 1994. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (org) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.